

ANO XI
EDIÇÃO 2
Abril -2012

PGE - AC
Procuradoria - Geral do Estado



Boletim da **PGE** **Acre**





Darci Seles

CAPA DO BOLETIM ←

A obra que ilustra a capa de nosso boletim é do artista plástico Darci Seles, nascido em Cáceres-MT e que mora no Acre desde os 14 anos. Começou a produzir sua arte nas colônias onde morava, desenhando no fogão a lenha, local em que sua mãe preparava as refeições diárias.

Aos 17 anos realizou sua primeira exposição, na Prefeitura Municipal de Rio Branco e, logo em seguida, no SESC, a partir daí não parou mais de produzir e pesquisar sobre diversos estilos e cores, se tornando um dos grandes artistas locais, fazendo exposições pelo país e pelo exterior.

PGE/AC realiza concurso para o cargo de Procurador do Estado

No dia 1º de abril, a Procuradoria-Geral do Estado do Acre, por intermédio da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul – FMP, realizou a primeira fase do concurso público para provimento de 6 vagas para o cargo de Procurador do Estado. O certame teve índice de concorrência de aproximadamente 120 candidatos por vaga, sendo que compareceram para participação na prova 93% dos inscritos.

De acordo com o Procurador-Geral do Estado, Rodrigo Neves, "o concurso é uma importante etapa do trabalho de gestão, pois se trata do recrutamento de novos talentos para a Instituição, renovando o espírito de inovação". Segundo o Procurador David Laerte Vieira, presidente de comissão do concurso, "as expectativas com o concurso são as melhores possíveis. Esperamos a seleção dos melhores candidatos, que ao final integrarão o quadro de Procuradores, somando forças para que a PGE continue prestando um serviço público de excelência, indispensável para a execução das políticas públicas".

A PGE estima que, até o mês julho, o concurso já tenha sido concluído, empossando os novos Procuradores do Estado aprovados no certame.

QUEM INDICA?



A indicação desta edição do Boletim da PGE ficou por conta da Dra. Sárvia Silvana Santos Lima, Procuradora do Estado com ofício na Procuradoria de Pessoal, que também é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ. A Procuradora menciona dois livros:



- ▶ O primeiro é “Dominação Masculina”, do autor francês Pierre Bourdieu. Segundo ela, “em razão de estar fazendo doutorado e ter como tema de pesquisa a problemática da violência de gênero, acabo lendo livros em relação a esse tema. O autor se propõe a demonstrar que a dominação masculina ainda está arraigada na sociedade e que chega a ser vista como algo “natural”. Homens e mulheres não reconhecem a violência contra o sexo feminino como grave problema, em razão da invisibilidade resultante de um processo histórico, transcendente e universalmente partilhado”, salienta.

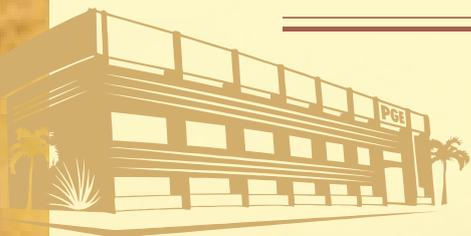


- ▶ O segundo livro indicado é o "Curso de Direito Administrativo", da Procuradora do Estado de Minas Gerais, Raquel Mello Urbano de Carvalho. “Jovem de ideias arrojadas, ela consegue reunir em seu livro diversidade de posições, clássicas e inovadoras, que se multiplicam sobre vários assuntos. O livro aborda as questões das transformações por que vem passando o Direito Público e, ao mesmo tempo, não afasta irresponsavelmente os postulados basilares da ciência jurídica”, explica.

CEJUR e FESPAC promovem curso ministrado por Pedro Durão



O auditório da Secretaria de Estado da Fazenda do Acre foi o palco nos dias 16 e 17 deste mês para a realização do curso Gestão e Fiscalização de Convênios, ministrado pelo Procurador do Estado de Sergipe, Mestre Pedro Durão. O evento foi realizado pelo Centro de Estudos Jurídicos da PGE em parceria com a Fundação Escola do Servidor Público do Acre.

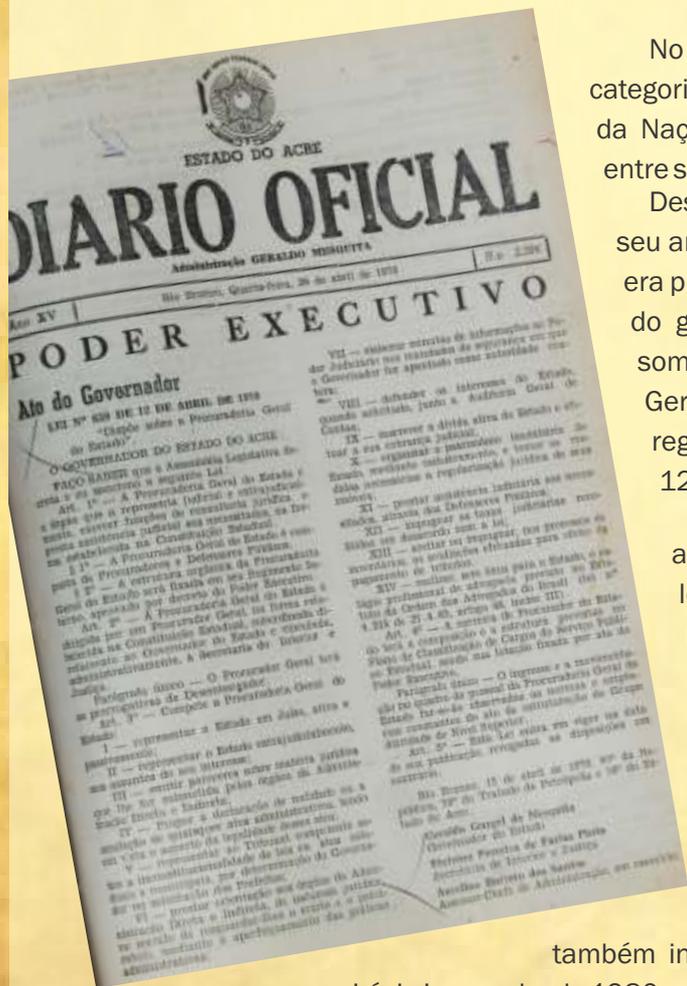


PGE 35 Anos

Em abril deste ano, a Procuradoria Geral do Estado do Acre completa 35 anos, traçando, desde a sua criação, uma história de conquistas em um longo processo de busca de identidade, afirmação institucional e representatividade junto ao Estado e à sociedade.

No mesmo mês em que faz aniversário, a PGE também lança o seu Planejamento Estratégico, que guiará seus passos até 2016, visando a se tornar uma instituição reconhecida como essencial à realização do interesse público e referência na Advocacia Pública brasileira.

Como tudo começou...



No dia 15 de junho de 1962, o Território do Acre foi elevado à categoria de Estado, passando, a partir dessa data, a Unidade Federativa da Nação, constituída de três Poderes independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desde a primeira Constituição Acreana, de 1º de março de 1963, em seu artigo 35, a existência da Procuradoria Geral do Estado do Acre já era prevista. Porém, a sua solidificação somente foi possível na gestão do governador Geraldo Mesquita, no ano de 1975. Ainda assim, somente em 29 de abril de 1977, foi nomeado o primeiro Procurador-Geral do Estado do Acre, Juraci Perez Magalhães, que conduziu a regulamentação da Procuradoria-Geral do Estado pela Lei nº 639, de 12 de abril de 1978.

Nesse primeiro período, a PGE funcionou em um prédio em andar abaixo da Secretaria da Indústria e Comércio, o qual se localizava em frente ao atual Colégio de Aplicação, tendo sido mudado em seguida para um antigo casarão de madeira, demolido porque se encontrava em uma área de risco nas proximidades de onde hoje funciona a Rádio Difusora. Nesse casarão, de acordo com o Procurador-Geral à época, Hélio Saraiva, “quando chovia, chovia mais dentro do que fora”. Diante da precariedade do local, Hélio Saraiva obteve com o Governo uma nova sede, localizada no porão do Palácio das Secretárias. Não imaginava, contudo, que o novo local fosse

também inadequado, conforme nos conta emocionada a servidora Vera Lúcia Lopes, desde 1980 na PGE: “Foi horrível. Ambiente úmido e escuro, muito, muito feio”.

Hélio Saraiva conseguiu, então, a remoção da PGE de tal ambiente inóspito, com apoio de ordem médica, pois dezenas de servidores haviam adoecido devido às péssimas condições do local. A Instituição passou a funcionar no andar de cima do Palácio das Secretárias, até o término da construção do prédio onde funciona atualmente, no ano de 1986. Em 2006 e 2010, o prédio passou por reformas, visando à sua ampliação e melhorias.

Além disso, não se pode esquecer que a carreira de Procurador do Estado tinha seu provimento inicial no cargo de Defensor Público, passando o membro a exercer o cargo de Procurador do Estado somente

no estágio final da carreira, o que se deu até a Constituição de 1988, em razão da independência entre a Advocacia Pública e Defensoria Pública como Funções Essenciais à Justiça. Como decorrência, a Constituição do Estado do Acre e a Lei Orgânica da PGE, a Lei Complementar Estadual nº 45, de 26 de julho de 1994, contemplaram carreira exclusiva de Procurador do Estado, com provimento inicial nesse cargo. Mesmo com carreiras distintas, Procuradores e Defensores seguiam fazendo parte da mesma instituição, a PGE, situação que encontrou termo no ano de 2001, quando foi promulgada a Lei Complementar nº 96, de 24 de julho, que possibilitou a instalação da Defensoria Pública Geral do Estado, acarretando sua separação orgânica da PGE.

Nesse ínterim, a legislação pertinente à PGE sofreu diversas modificações, dentre as quais se destacam as modificações que redundaram no aperfeiçoamento da instituição e na reestruturação da carreira de Procurador do Estado, concedendo à PGE autonomia funcional e administrativa, e estabelecendo, dentre outras conquistas, a escolha do Procurador-Geral dentre os membros da carreira, e a instituição de

prerrogativas próprias de Função Essencial à Justiça aos Procuradores do Estado.

Hoje, a PGE conta com aproximadamente 250 servidores, entre Procuradores, gestores, apoio administrativo, assessores técnicos e estagiários, qualificados para melhor servir à sociedade acreana.

Nesse contexto, constitui-se como uma instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à administração pública estadual, cabendo-lhe em toda a sua plenitude e com exclusividade, a representação judicial e extrajudicial do Estado em todos os seus poderes e funções, e as atividades de consultoria e assessoramento jurídico da Administração Pública, bem como da inscrição, controle e cobrança da dívida ativa. Seu corpo de Procuradores assume um compromisso incessante com a defesa dos interesses do Estado do Acre e de sua sociedade.

Por fim, a PGE entende que sua missão é viabilizar a concretização das políticas públicas com orientação jurídica e defesa do interesse público, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população acreana. Tem como visão, para o horizonte de 2012 a 2016, ser reconhecida pela excelência nas áreas jurídica e de gestão pública e como parceira estratégica do Estado para a melhoria da vida de todos.





Filha de pai chileno, surdo e mudo, e mãe brasileira, Vera Lúcia Lopes Souza, 59 anos, acreana de Brasília, casada e mãe de três filhas, tem 32 anos de serviços prestados à Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE) e comanda a Coordenadoria de Material e Patrimônio desde 1999.

Dona Vera ingressou na Procuradoria em 1980 e não poderia deixar de ser homenageada com entrevista para o Boletim Informativo no mês em que a PGE completa 35 anos.

Confira a entrevista:

Dona Vera, porque a sua história de vida se confunde com a da PGE?

Eu sempre me dei muito bem com todo mundo. Toda a vida cumpri minhas obrigações. Sempre fui muito rígida com pontualidade, com assiduidade, com horário. Na minha concepção a gente consegue as coisas assim. Não é com tapinhas nas costas, não é puxando o saco. Tudo que eu conquistei foi com o meu mérito, com meu esforço. Eu acho que cresci junto com a Procuradoria. Eu a vi crescer. Sair do praticamente nada e ser o que ela é hoje... Eu me sinto meio mãe de todos os Procuradores.

O que seria esse “sair do nada”?

Pra você ter uma ideia, o passado com o presente é incomparável. É um giro de 180 graus. O prédio da

PGE funcionava na esquina da [avenida] Getúlio Vargas com a [rua] Rio Grande do Sul, no antigo prédio do INSS. A gente ficava trabalhando embaixo e a Secretaria de Indústria e Comércio funcionava em cima. Quando eu entrei, o Procurador-Geral era o Eduardo Teixeira Brancato.

De lá nós fomos para um prédio, um casarão velho, ali no cruzamento que tem a Rádio Difusora. E ficamos lá um bom tempo. Lá no casarão, o Brancato deixou de ser o Procurador -Chefe e entrou Hélio Freitas. E ele ficou uns seis anos. Desse casarão, nós fomos para o porão do Palácio das Secretarias, o famoso “Porão”. Ali foi horrível. Foi a pior experiência. Aquilo ali, a pessoa só entrando ali, porque ainda tem alguma coisa funcionando lá, para saber o que era aquilo. Era horrível. A gente

descia a escada e na entrada tinha aquela coisa escura, úmida. Tinha uma espécie de corredor, tinha a sala de gabinete... Aí tinha uma outra salinha do Procurador-Geral. Sabe, tinha aquela coisa de porão mesmo. Horrível, horrível... era muito feio. Teve colega nosso que adoeceu. Aquilo ali não se compara a nada.

Por quais funções a senhora passou?

Na gestão do Hélio Freitas, nesse intermédio eu era chefe de gabinete, depois fui chefe de pessoal. Então eu passei a ser chefe do departamento de administração. Depois eu só fiquei no centro datilográfico. De lá pra cá, eu fiquei apenas no gabinete, como secretária. Depois, já na gestão do Dr. Edson Américo Manchini, eu fui designada para o setor de

material da Procuradoria. Era uma sala cheia de porcaria, só máquina velha quebrada e não tinha uma caneta. Era um depósito mesmo, não tinha nada de útil. Não tinha um envelope. Eu não sei como era que funcionava antes.

Como a senhora avalia a estrutura da PGE daquela época comparada à do presente?

Em termos de espaço físico, lá no primeiro prédio a gente trabalhava meio apertadinho, aí nós fomos para aquele casarão e ficou um pouquinho melhor, era um casarão grande. De lá viemos para o “Porão”. Ali, Deus me livre! Então viemos pra cá (sede atual). Deu uma melhorada boa, porque era um prédio novinho, móveis todos novos. Era dividido entre a Procuradoria e a Defensoria, mas era como se fosse um só, porque Procuradores e Defensores eram todos juntos, mas mesmo assim sempre muito apertado. Naquela época, eu lembro que a gente dividia tudo. Existiam poucos recursos para a PGE. Uma semana eu trazia o cafezinho. Na outra, o Dr. Manchini trazia. A menina fazia o café, e aí as pessoas chegavam pra o Procurador atender e ele mandava servir o meu café. Na maior cara de pau ele mandava servir meu café (risos). A menina dizia: “Doutor, esse café é da Vera, que ela trouxe de casa”. E ele dizia: “não faz mal”, e dava uma risada.

Qual é a sua concepção hoje da PGE?

Para mim, a Procuradoria sempre foi o meu segundo lar. Eu estou aqui dentro mais da metade da minha vida. Tive minhas filhas trabalhando aqui. Casei as três trabalhando aqui. Eu vivo mais aqui do que na minha casa. Já fiquei horas e horas, feriado e dia santo trabalhando até de madrugada. Graças a Deus, eu tenho orgulho de dizer que esses Procuradores que estão aí, é como se fossem meus filhos, porque a primeira pessoa que eles tiveram contato foi comigo pra inscrição de concurso.

Algo a lembrar da admissão dos procuradores?

O Dr. Rodrigo (atualmente Procurador-Geral), pra mim, é como se fosse um filho. Ele chegou aqui um garoto. Me lembro como se fosse hoje, ele na sala do setor de material, eles [concurados] estavam esperando para uma reunião com o Procurador-Geral, e eu era a secretaria do concurso. Eles estavam na minha sala esperando a reunião, escorados no armário e a gente conversando.

Hoje em dia, a gente já não tem esse mesmo contato. Atualmente, passa gente por mim aqui na Procuradoria que eu não sei nem quem é. É muita gente que tem aqui. Isso quer dizer que a Procuradoria cresceu, que a Procuradoria tem um leque bem

grande, e agora realmente está atuando, fazendo a função que é dela. E a tendência é melhorar.

Qual foi o grande marco para a evolução da PGE?

O marco foi a lei que determinou que somente Procuradores de carreira poderiam assumir o comando da Instituição. Foi muito bom para a Procuradoria o Procurador-Geral ser daqui. Quem é que vai dar valor para o que não é seu? Ninguém dá valor para o que não é seu. Depois que passou a ser Procurador de carreira, foi que a gente começou a ter mais valor, e a darem valor para a gente. Porque se não era daqui, ia se interessar pra que? Vinha só pra receber um salário e acabou. Mas as coisas mudaram e por isso cresceu o tanto que cresceu.

A senhora se vê longe da Instituição?

Em 2005 eu já poderia me aposentar. Mas não me aposento porque não me vejo fora daqui. Primeiro, que eu não tenho nada para fazer em casa. Não tenho outra atividade. Minha vida inteira foi aqui na Procuradoria. Vou fazer o que dentro de casa? E eu me acho capaz. Então, enquanto eu não começar a fazer besteira, eu vou ficar por aqui.



→ PGE/AC GARANTE DESBLOQUEIO DE R\$ 141 MILHÕES AO ESTADO DO ACRE



A Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC), por meio da Procuradoria Judicial, conseguiu através de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão dos registros do Estado do Acre no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAF) e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), o que resultou na liberação de R\$ 141 milhões em recursos de 23 convênios firmados entre Estado e União.

De acordo com a PGE, os repasses haviam sido retidos de maneira irregular, pois um dos convênios firmados teve suas contas desaprovadas indevidamente.

Entre os valores que poderiam ser bloqueados, estavam inseridos os valores de R\$ 31 milhões oriundos do Ministério da Saúde, R\$ 15 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 16 milhões do Ministério da Educação, entre outros

convênios que, somados, equivalem ao total liberado.

Com base nos documentos demonstrados pela PGE, o Ministro do STF e relator do processo, Ricardo Lewandowski, deferiu liminarmente a suspensão dos efeitos da inscrição do Estado do Acre até a análise do mérito da controvérsia travada.

"Essa decisão é muito importante para o Estado do Acre e para a sociedade acreana, porque garante que os recursos oriundos de convênios federais celebrados, não só pela SESACRE, mas por todas as Secretarias de Estado, continuem sendo recebidos normalmente e aplicados na execução das políticas públicas a que se destinam", destacou o Procurador Armando Melo, responsável pela ação.

*Equipe da Procuradoria-Geral do Estado do Acre
Construindo uma Instituição de Excelência*



Expediente

Editado pela Coordenadoria de Divulgação e Imprensa da PGE/AC / www.pge.ac.gov.br

Projeto Gráfico e Diagramação: Lindsay G. do Amaral

Edição: Rodrigo Fernandes das Neves | Cristovam Pontes de Moura | Marcos Ferreira | Rose Almeida | Sérgio de Carvalho

Tiragem: 600 exemplares